



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CP – **Comboios de Portugal, E.P.E.** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos sete e oito, chamamos a atenção para a situação seguinte:

- 9.1. De acordo com o constante na nota 20 do Anexo, o Conselho de Administração entendeu reforçar a imparidade referente ao material circulante incluído nos *Activos não correntes detidos para venda*, atenta a especificidade dos bens em causa e dos mercados em que estes podem ser transacionados, e da consequente incerteza que rodeia o seu valor de venda. De referir ainda que parte do material circulante classificado nesta rubrica durante o ano de 2011, não chegou a ser alienado no prazo de 12 meses, conforme estipulado na NCRF n.º 8, entendendo o Conselho de Administração que o atraso na concretização dos

acordos de venda já estabelecidos foi causado por circunstâncias que lhe são alheias.

9.2. Tal como está evidenciado nas demonstrações financeiras em apreço, a CP tem vindo a acumular prejuízos de montante significativo ao longo dos anos, apresentando em 31 de Dezembro de 2012 um capital próprio negativo de 2.996.053.971 euros. Neste contexto de extremo desequilíbrio da estrutura financeira, agudizado pela presente crise financeira internacional, e da zona euro em particular, a continuidade da Empresa tem sido garantida pelo apoio que o Estado lhe vem assegurando. Em Novembro de 2011, o Governo aprovou o Plano Estratégico dos Transportes que comporta um conjunto de medidas que visam, entre outras finalidades, tornar o sector dos transportes financeiramente equilibrado e economicamente sustentável. A continuidade da CP está, assim, dependente, da sua reestruturação financeira, a empreender com o apoio estatal, conjugada com o reequilíbrio económico a atingir.

Lisboa, 20 de Março de 2013



ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por José Luis Areal Alves da Cunha